

Notícias Sindicais, 07/07/14

Diap, 07/07/14

Deputada Gorete Pereira se posiciona contra a demissão imotivada

A deputada Gorete Pereira (PR-CE) apresentou voto em separado pela rejeição da Convenção 158, da OIT, que trata do fim da demissão imotivada. A Mensagem 59/08, do Executivo, que ratifica a convenção já foi rejeitada nas comissões de Relações Exteriores; e de Trabalho.

O fim da demissão imotivada consta na Constituição Federal em seu artigo 7º, parágrafo 1º, porém, a matéria carece de regulamentação. Não há disposição de o Congresso Nacional regulamentar o dispositivo, pois a bancada patronal majoritária na Câmara impede este avanço nas relações de trabalho.

Não é o primeiro ataque ao fim da demissão imotivada. Quando da rejeição da matéria na Comissão de Relações Exteriores, houve também um pedido de arquivamento da matéria. A reação das centrais sindicais, confederações, federações e sindicatos de trabalhadores, em parceria com o DIAP, evitou o envio da proposta ao arquivo.

Voto em separado

Além da inconstitucionalidade defendida pela parlamentar, a deputada destaca que a matéria está em descompasso com a econômica internacional: "além das inconstitucionalidades apontadas, verificamos entraves à aprovação da Convenção 158 no mérito. Isso porque, em razão da já mencionada antiguidade da Convenção, aprovada que foi no longínquo ano de 1982, ela se encontra desatualizada e incompatível com a globalização e com as regras que regem a atual ordem econômica mundial", argumenta.

Para ter sua validade, a convenção terá que ser aprovada na Comissão de Constituição e Justiça e posteriormente no plenário da Casa. Ainda passará pela análise dos senadores.

Diap, 07/07/14

Campanha eleitoral e jogo da SB reduzem agenda do Congresso

A campanha eleitoral iniciou neste domingo (6) e os candidatos, a partir de agora, vão dar prioridade ao cumprimento de agendas em suas bases eleitorais, tanto aqueles que disputam cargos majoritários quanto aqueles que tentarão se reeleger para os mandatos na Câmara Federal, assembleias legislativas e Câmara Distrital.

Nem na Câmara nem no Senado haverá sessões deliberativas em plenário. Algumas comissões permanentes das duas casas legislativas marcaram reuniões, essencialmente para apreciação de requerimentos.

Nas pautas da semana, o que há de mais relevante são reuniões da CPMI e da CPI da Petrobras e a possibilidade de votação do relatório preliminar com emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias para 2015 (PLN 3/14) na Comissão Mista de Orçamento.

Câmara

O primeiro item da pauta da Câmara para esta semana é a MP 641/14. A MP modifica a Lei de Comercialização de Energia Elétrica (Lei 10.848/04) para permitir que a energia comprada em leilão pela distribuidora seja entregue pela geradora no mesmo ano do contrato, e não apenas a partir do ano seguinte. Mudanças incluídas pelo relator contêm incentivos fiscais aos produtores de bebidas, modificam a legislação aduaneira e expandem benefícios fiscais para a indústria automobilística nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Outro item importante da pauta é o Projeto de Decreto Legislativo (PDC) 1.491/14, do deputado Mendonça Filho (DEM-PE), que susta os efeitos do Decreto presidencial 8.243/14, que cria a Política Nacional de Participação Social. O texto do decreto obriga os órgãos públicos a fazer consultas públicas antes de decidir sobre temas de interesse social.

Trabalho escravo e domésticas

Na próxima terça-feira (8), a Comissão Mista de Consolidação das Leis e Regulamentação Constitucional tenta mais uma vez analisar emendas aos projetos que regulamentam direitos de empregados domésticos (PLS 224/13) e a expropriação de propriedades rurais e urbanas em que se constate a prática de trabalho escravo (PLS 432/13). Em reunião no início do mês de junho, não houve acordo para votação dos projetos, ambos relatados pelo senador Romero Jucá (PMDB-RR). Nova reunião estava prevista para a última terça (1º), mas foi cancelada.

CPI Mista Petrobras

A CPI Mista da Petrobras se reúne, nesta semana, para analisar 642 requerimentos, que vão desde a convocação de pessoas para esclarecimentos até relatórios de auditorias e pedidos de quebra dos sigilos bancários e telefônicos de envolvidos nas operações investigadas pela CPI, como a compra da refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos, pela estatal. A oposição quer a votação em bloco de todos os requerimentos. O governo é contra.

Inflação

Na terça-feira (8), o IBGE divulga a inflação medida pelo IPCA referente ao mês de junho. Em maio, o índice ficou em 0,46%, a menor taxa desde setembro de 2013. De janeiro a maio, o IPCA teve alta de 3,33%, acima dos 2,88% do mês anterior. Em 12 meses, o avanço foi de 6,37%, superior ao anterior, de 6,28%. O IPCA-15 desacelerou em junho para 0,47%, ante 0,58% em maio.

Direitos do consumidor

A partir desta terça-feira (8) entram em vigor as primeiras regras do Regulamento Geral de Direitos do Consumidor da Anatel.

Uma das mais importantes é que o consumidor poderá fazer o cancelamento automático da assinatura dos serviços de telecomunicações sem precisar falar com a atendente do call center da empresa.

Outra norma que passa a valer nesta semana é a que obriga as companhias a retornar as ligações feitas pelos consumidores aos SACs quando elas caírem durante o atendimento. (*Com Arko Advice*)

Veja, a seguir, a previsão dos principais acontecimentos políticos desta semana:

Segunda-feira (7)

- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) e lideranças sindicais do Conselho do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) entregam ao governo Dilma Rousseff documento pedindo que o projeto de lei que altera toda a estrutura trabalhista federal seja discutido somente após as eleições.

- Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Mauro Borges, participa de painel com o diretor-presidente do Sebrae Nacional, Luiz Barreto, com o tema "A Copa do Mundo e o aumento da competitividade das empresas brasileiras".

- Anfavea divulga produção total de veículos em junho.

- Ministro da Fazenda, Guido Mantega, estará de férias até quinta-feira (10/07). O secretário-executivo, Paulo Caffarelli, assumirá o cargo interinamente.

- Encerra o prazo de adesão à lista de espera do Sistema de Seleção Unificada (Sisu). A adesão é feita no site do Sisu. A lista é apenas para a primeira opção feita na hora da inscrição. Os candidatos em lista de espera serão convocados pelas instituições a partir da próxima segunda-feira (14).

- Conselho de Comunicação Social promove audiência pública sobre o programa "A Voz do Brasil", preparatória para relatório da Comissão de Relatoria composta pelos Conselheiros Walter Vieira Ceneviva, Nascimento Silva e Ronaldo Lemos; Leitura, discussão e votação do relatório sobre o PL 3.979/00, elaborado pela 2ª Comissão de Relatoria da Comissão Temática de Conteúdos em Meios de Comunicação sobre inclusão de legenda oculta na programação das emissoras de televisão; entre outros assuntos. Será no plenário 6 da ala Nilo Coelho, no Senado, às 9h.

Terça-feira (8)

- Comissão Mista de Consolidação das Leis e Regulamentação Constitucional tenta mais uma vez analisar emendas aos projetos que regulamentam direitos de empregados domésticos (PLS 224/13) e a expropriação de propriedades rurais e urbanas em que se constate a prática de trabalho escravo (PLS 432/13). Em reunião no início do mês de junho, não houve acordo para votação dos projetos, ambos relatados pelo senador Romero Jucá (PMDB-RR). Nova reunião estava prevista para a última terça (1º), mas foi cancelada.

- Consulta ao segundo lote de restituição do Imposto de Renda de Pessoa Física de 2014 estará disponível a partir das 9h no site da Receita Federal. O lote contempla 1.060.473 contribuintes, somando R\$ 1,6 bilhão. O crédito será depositado no dia 15 de julho.

- Encerra o prazo para as inscrições nos cursos presenciais gratuitos de inglês do programa Inglês sem Fronteiras (ISF). Há 6.825 vagas oferecidas em 43 universidades federais, voltadas a estudantes da educação superior.

- Apresentação, discussão e votação do parecer do relator, deputado José Chaves (PTB-PE), da comissão especial sobre Terrenos de Marinha (PL 5627/13). No plenário 10 da Câmara, às 14h30.

- Reunião da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) para votar o relatório preliminar com emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias para 2015 (PLN 3/2014). No plenário 2 da Câmara dos Deputados, às 14h30.

- Comissão Mista destinada a Consolidar a Legislação Federal e a regulamentar dispositivos da Constituição Federal pode apreciar o parecer sobre as emendas apresentadas em plenário ao PLC 302/13, que dispõe sobre a regulamentação do trabalho doméstico; e apreciação do parecer sobre as emendas apresentadas em plenário ao PLS 432/13, que dispõe sobre a expropriação das

propriedades rurais e urbanas onde se localizem trabalho escravo. No plenário 15 da ala Alexandre Costa, no Senado, às 14h30.

- Seleção brasileira de futebol disputa semifinal da Copa do Mundo, em Belo Horizonte, às 17h, enfrentando a seleção da Alemanha.
- IBGE divulga Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo e Índice Nacional de Preços ao Consumidor referente ao mês de junho.
- IBGE apresenta Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil no mês de junho.

Quarta-feira (9)

- Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que investiga irregularidades na Petrobras deve analisar 642 requerimentos dos parlamentares.

- Comissão Mista do Orçamento se reúne para votar o relatório do senador Vital do Rego (PMDB-PB) ao projeto de lei que trata da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

- Feriado em São Paulo (Revolução Constitucionalista).

- Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Petrobras do Senado ouve o gerente-geral de Implementação de Empreendimentos da Petrobras, Glauco Colepicolo Legati; e o presidente do Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense, José Maria Rangel. Na sala 2 da Ala Senador Nilo Coelho, às 10h15.

- Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que investiga denúncias de irregularidades na Petrobras para análise de requerimentos. Entre eles, estão pedidos de quebra de sigilos fiscal e telefônico e de convocação. Também constam da pauta a solicitação de todos os processos que tramitam no Tribunal de Contas da União em que figure como parte a Petrobras no período de 2005 a 2014 e pedido de todas as atas e notas taquigráficas das reuniões do Conselho de Administração da Petrobras no período de 2005 a 2013. Na sala 2 da Ala Senador Nilo Coelho, às 14h30.

- Seleções da Argentina e da Holanda disputam, às 17h, em São Paulo, uma vaga para a final da Copa do Mundo, que acontece domingo (13), no Maracanã (RJ).

- IBGE apresenta Levantamento Sistemático da Produção Agrícola no mês de junho.

Quinta-feira (10)

- Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara realiza audiência pública sobre o PL 1.028/11, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, possibilitando a composição preliminar dos danos oriundos de conflitos decorrentes dos crimes de menor potencial ofensivo pelos delegados de polícia. Foram convidados, entre outros, o presidente do Conselho Federal da OAB, Marcus Vinicius Furtado Coêlho; o presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal, Marcos Leônicio Sousa Ribeiro; e o presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil, Paulo Roberto D'Almeida. No plenário 1 da Casa, às 9h.

- IBGE apresenta Pesquisa Industrial Mensal: Produção Física – Regional no mês de maio.

Sexta-feira (11)

- Último dia de contribuições a respeito das minutas de edital, contrato e estudos preliminares sobre a concessão do trecho ferroviário entre Porto Nacional (TO) e Estrela d'Oeste (SP), promovida pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

- Encerra o prazo para matrícula de candidatos selecionados na segunda chamada do o Programa Universidade para Todos (ProUni).

- IBGE divulga Pesquisa Industrial Mensal: Emprego e Salário no mês de maio.

Sábado (12)

- Perdedores dos jogos Brasil e Alemanha, terça-feira (8); e Argentina e Holanda, quarta-feira (9), disputam o 3º lugar da Copa do Mundo, em Brasília, às 17h.

Domingo (13)

- Final da Copa do Mundo, às 16h, no Maracanã (RJ).

Portal da CTB

Trabalhadores dos Correios deflagram Campanha Salarial 2014

Reunidos em assembleia, na noite da última quinta-feira (3), os trabalhadores dos Correios de São Paulo aprovaram a pauta da Campanha Salarial 2014.

Elias Cesário, o Diviza, presidente Sintect-SP (Sindicato dos Trabalhadores dos Correios e Telégrafos), defendeu as reivindicações que devem ser encaminhadas à direção da ECT na próxima semana. "Vamos entregar a nossa pauta na próxima quinta-feira (10) e esperamos que a empresa negocie conosco. Porque estamos trabalhando no limite", afirma Diviza.

De acordo com o presidente do Sintect, além das péssimas condições de trabalho, os ecetistas convivem com um quadro reduzido de funcionários, que acarreta excesso de horas extras.

Entre as principais reivindicações também estão melhores condições de trabalho e o pagamento da participação nos lucros e resultados (PLR) de forma linear e justa. PLR que, inclusive, ainda não foi paga pela empresa e que motivou a greve de 24h realizada pela categoria no último dia 25. "Nossa participação nos lucros era para ter sido paga em maio. Mas até agora nada da empresa se pronunciar", ressaltou Diviza.

Mais segurança com escoltas para os carteiros, principalmente nas regiões mais violentas, é outro pleito dos trabalhadores, que convivem com os constantes assaltos.

De acordo com Vagner do Nascimento, o Guiné, diretor adjunto de finanças, a questão da segurança é fundamental, pois "com o aumento das compras feitas pela internet as entregas feitas pelo carteiros aumentaram, assim como os perigos, principalmente nas entregas de mercadorias de alto valor", garante. "Dessa forma, a empresa promove enxugamento das unidades, para ter mais gente nas ruas para as entregas, pois muitos carteiros adoecem após serem assaltados", revelou. "Além dos constantes assaltos, os trabalhadores também estão expostos ao risco de morte", completa.

Adilson Araújo, presidente da CTB, acompanhou a assembleia e reforçou o apoio da Central à categoria. "A CTB está presente na luta dos trabalhadores e trabalhadoras dos Correios e se dispõe a dar todo o apoio necessário para o desenvolvimento das lutas dos companheiros ecetistas", destacou.

Além de Adilson Araújo, também estiveram presentes Onofre Gonçalves, presidente da CTB-SP e Rogério Nunes, diretor de Políticas Sociais da CTB.

Na próxima quarta-feira (09), os dirigentes dos Sindicatos Unificados (São Paulo, Rio de Janeiro, Bauru, Tocantins, Rondônia e Rio Grande do Norte), filiados à Federação Interestadual dos Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras dos Correios (Findect), participam de uma reunião com o ministro do Trabalho, Manoel Dias, em Brasília.

Confira as principais reivindicações da categoria:

PLR digna e linear;

Medidas contra os assaltos;

Cancelamento do atual e SDE e as consequentes transferências, que por vezes são abusivas;

Suspensão do Gerenciamento de Risco;

Ampliação das escoltas armadas para atender todas as regiões consideradas de risco;

Fim da exigência de horas extras, bem como da ampliação das SIDs e das punições aplicadas aos trabalhadores relacionadas às horas extras.

Portal CTB com agências

Portal Gestão Sindical

Ministérios pedem leis para coibir alto número de acidentes de trabalho

04/07/2014 por Instituto Observatório Social

Representantes dos ministérios da Previdência e da Saúde defenderam nesta quinta-feira, 3, normas sobre saúde do trabalhador para coibir o alto número de acidentes de trabalho no Brasil. O assunto foi discutido em audiência pública na Comissão de Seguridade Social da Câmara dos Deputados.

Segundo dados apresentados pelo coordenador-geral de Monitoramento dos Benefícios por Incapacidade do Ministério da Previdência Social, Paulo Rogério de Oliveira, 280 trabalhadores se acidentam a cada hora de trabalho no Brasil. São cinco trabalhadores acidentados por minuto e 10 trabalhadores mortos por dia durante a jornada de trabalho.

Para combater o problema, Oliveira sugeriu a regulamentação dos artigos da Constituição de 1988 referentes à saúde do trabalhador. "Não temos uma lei de periculosidade no trabalho", disse. "Também não regulamentamos a aposentadoria especial no Brasil." Ele também propôs a regulamentação do adicional de insalubridade com base na carga horária. "A redução do risco é direito do trabalhador", completou.

O presidente da Comissão de Seguridade Social, deputado Amauri Teixeira (PT-BA), disse que vai analisar as propostas e apresentar os projetos de lei sugeridos. O parlamentar, que sugeriu a audiência, também vai propor aos líderes partidários uma comissão geral no Plenário para ampliar a discussão sobre o problema.

Teixeira ressaltou que o impacto dos acidentes trabalhistas sobre a Previdência Social gira em torno de R\$ 70 bilhões ao ano, incluindo auxílio-doença, aposentadoria por invalidez e pensão vitalícia ao cônjuge, no caso de acidentes fatais.

Além disso, os acidentes de trabalho, segundo ele, geram grandes gastos ao Sistema Único de Saúde (SUS), além de terem impactos sociais, por conta da morte de trabalhadores responsáveis pelo sustento de suas famílias.

Causas

Segundo o coordenador-geral de Saúde do Trabalhador do Ministério da Saúde, Jorge Mesquita, as principais causas dos acidentes são a banalização do problema e a falta de políticas de prevenção. Conforme Mesquita, os grupos mais vulneráveis são: os motoristas, os agentes de segurança, os trabalhadores da construção civil e os trabalhadores rurais.

Mesquita apresentou ainda dados do Dieese, segundo os quais os riscos de um empregado terceirizado morrer de acidente de trabalho é 5,5 vezes maior do que nos demais segmentos produtivos. "A precarização nas condições de trabalho agrava os riscos", ressaltou.

O deputado Amauri Teixeira salientou que o Plenário da Câmara aprovou nesta quarta-feira (2) o aumento da jornada de motoristas profissionais, o que pode gerar ainda mais acidentes entre caminhoneiros. "Isso é extremamente nefasto. Vou pedir que a presidente Dilma Rousseff vete esse dispositivo", observou.

Falta de auditores

O representante do Ministério do Trabalho e Emprego, Fernando Vasconcelos, destacou que existem apenas 2,6 mil auditores fiscais para fiscalizar as condições trabalhistas em todo o País. Em 2014, a fiscalização atingiu apenas 111 empresas até agora.

Já o vice-presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinat), Carlos Fernando da Silva Filho, informou que o sindicato já pediu ao Ministério do Planejamento fortalecimento da auditoria fiscal no Brasil, mas não foi atendido. "Temos um auditor para cada 4 mil empresas", ressaltou.

Para ele, a prevenção dos acidentes de trabalho deveria ser prioridade nas políticas públicas no Brasil. "Os acidentes de trabalho são uma das maiores mazelas sociais do País", disse. Ele também defendeu que sejam garantidas normas regulamentadoras da saúde e da segurança, que são a ferramenta para a atuação dos auditores.

* Publicado por Agência Senado

Monitor Mercantil, 07/07/14

Francês pode ter que trabalhar mais ganhando o mesmo

Os empresários franceses querem aumentar a carga horária dos seus compatriotas, sem dividir o aumento dos lucros resultantes disso. Segundo estudo do instituto Coe-Rexecode, ligado ao patronato francês, os trabalhadores franceses e finlandeses são os que trabalham menos horas por semana na Europa. Em relação aos alemães, por exemplo, os franceses trabalham cinco semanas a menos durante um ano.

Os finlandeses foram os que contabilizaram menos horas no serviço: uma média de 1.648 horas em 2013. Já os franceses atingiram 1.661 horas no ano passado. Do outro lado da pesquisa, os romenos se mostram os mais empenhados: 2.099 horas. A Grécia, Hungria, Bulgária, Croácia e Malta também suaram a camisa, com mais de 1.944 horas de esforços.

Por semana, os franceses trabalham uma média de 39,2 horas, sem contar ausências eventuais (férias, cursos, folgas, feriados e doenças).

De acordo com o levantamento, a França é também o país onde a jornada de trabalho mais diminuiu nos últimos 15 anos. Entre 1998 e 2013, a queda foi de 14,8%, contra 9,8% na Espanha, 8,9% na Alemanha, 8,5% na Suécia, 7,6% na Itália e 3,1% na Itália.

Em relação aos assalariados em tempo parcial, a duração média foi de 993 horas em 2013 na França, contra 851 horas na Alemanha, 864 no Reino Unido e 1.643 horas na Espanha.

Organizado por Ernesto Germano